

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU第 16/2026 號行政長官公告
免除經濟財政司司長職務

行政長官根據第3/1999號法律《法規的公佈與格式》第六條第一款的規定，命令公佈：

根據澳門特別行政區行政長官岑浩輝的建議，國務院於二零二六年四月十六日免除經濟財政司司長戴建業的職務。

二零二六年四月十六日發佈。

行政長官 岑浩輝

Aviso do Chefe do Executivo n.º 16/2026
Exoneração do Secretário para a Economia e Finanças

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 (Publicação e formulário dos diplomas), o seguinte:

O Conselho de Estado exonera, a 16 de Abril de 2026, sob proposta do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, Sam Hou Fai, o titular do cargo de Secretário para a Economia e Finanças, Tai Kin Ip.

Promulgado em 16 de Abril de 2026.

O Chefe do Executivo, *Sam Hou Fai*.

第 15/2026 號行政命令

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條（四）項規定的職權，並根據第13/2025號行政法規《公共部門及實體的設置及組織架構的一般制度》第二十六條的規定，發佈本行政命令。

一、將在經濟財政司司長辦公室（下稱“辦公室”）範圍內作出下列行為的職權授予辦公室主任羅志輝：

（一）簽署任用書；

（二）授予職權及接受宣誓；

（三）批准特別假期，以及就因個人理由或工作需要而請求批准年假及累積年假作出決定；

（四）以澳門特別行政區的名義簽署所有行政任用合同；

（五）批准行政任用合同的續期，但以免涉及有關報酬條件的更改為限；

（六）批准免職及解除合同；

（七）批准行政任用合同人員在職級內的職階變更；

Ordem Executiva n.º 15/2026

Usando da faculdade conferida pela alínea 4) do artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do artigo 26.º do Regulamento Administrativo n.º 13/2025 (Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicas), o Chefe do Executivo manda publicar a presente ordem executiva:

1. É delegada no chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças (doravante designado por Gabinete), Lo Chi Fai, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do Gabinete:

1) Assinar os diplomas de provimento;

2) Conferir posse e receber a prestação de compromisso de honra;

3) Conceder licença especial e decidir sobre pedidos de autorização e de acumulação de férias, por motivos pessoais ou por conveniência de serviço;

4) Outorgar, em nome da Região Administrativa Especial de Macau, em todos os contratos administrativos de provimento;

5) Autorizar a renovação dos contratos administrativos de provimento desde que não implique alteração das condições remuneratórias;

6) Conceder a exoneração e rescisão de contratos;

7) Autorizar a mudança de escalão nas categorias do pessoal em contrato administrativo de provimento;